

IV Encontro Nacional da Anppas
4,5 e 6 de junho de 2008
Brasília - DF – Brasil

O Surgimento do “Jornalismo Ambiental” e as Lógicas de Engajamento na Produção de Notícias Ambientais no Rio Grande do Sul.

Fernanda Rios Petrarca (UFRGS)

Doutora em Sociologia, pesquisadora do grupo Sociedade e Conhecimento da UFRGS

E-mail: f.petrarca@uol.com.br

Resumo

Este artigo apresenta uma análise do processo de inserção da temática ambiental na imprensa e do aparecimento do chamado “jornalismo ambiental” no Rio Grande do Sul. A notícia ambiental passou por várias transformações desde o surgimento das manifestações em defesa do meio ambiente e da difusão do movimento ecológico. Tais alterações afetaram a própria construção e definição de notícia ambiental no espaço jornalístico contribuindo, inclusive, para a emergência de um novo tipo de jornalismo denominado de “jornalismo ambiental” ou “eco-jornalismo”. Diante disso, trata-se de analisar as condições sociais e históricas que contribuíram para a produção de notícias ambientais e para o surgimento da imprensa dedicada à pauta ambiental, levando em consideração tanto a importância das campanhas ambientais e dos manifestos ecológicos neste processo, quanto às trajetórias sociais e profissionais dos jornalistas envolvidos na construção de notícias ambientais. Para compreender as mudanças que afetaram a produção das notícias ambientais investigou-se de que forma determinadas condições externas contribuíram para inserção da temática ambiental na imprensa. A investigação dos protestos e das campanhas ambientais, como determinantes externos, neste caso, tornou-se crucial para compreender as mudanças nas concepções de notícia ambiental e seu processo de inserção na imprensa. Do mesmo modo, a análise da trajetória social e profissional dos jornalistas contribuiu para examinar e decodificar as divisões e os recursos que caracterizam os investimentos no jornalismo ambiental em um determinado momento de sua história. Além disso, tal investigação permite compreender o nascimento de um grupo de jornalistas interessados em dar um tratamento específico ao “meio ambiente”, distinguindo-se como um espaço de atuação jornalístico específico e impondo a temática ambiental como uma problemática particular ao jornalismo.

Palavras-chave: jornalismo ambiental, notícia ambiental, meio ambiente, imprensa.

Introdução

Este artigo apresenta uma análise do processo de inserção da temática ambiental na imprensa e do aparecimento do chamado “jornalismo ambiental” no Rio Grande do Sul. A investigação deste processo envolve, basicamente, duas dimensões principais. A primeira compreende a análise das condições sociais e históricas que contribuíram para a inserção da temática ambiental na mídia. Já a segunda dimensão diz respeito à investigação do processo de formação de uma categoria profissional. Isto implica no exame dos mecanismos através dos quais os agentes se agrupam em torno de problemáticas comuns (BOLTANSKI, 1982). Uma das maneiras de dar conta disso é por meio da análise das trajetórias sociais e profissionais dos jornalistas que se apresentam como “jornalistas ambientais” e que evocam um pertencimento a esta categoria, com o objetivo de apreender os padrões de recrutamento, as estratégias e os recursos que caracterizam o investimento neste setor, bem como as representações que eles têm de si mesmo e do seu pertencimento social.

A imprensa se constitui, atualmente, como uma das arenas fundamentais de reconhecimento dos problemas ambientais, posto que para que um problema determinado seja reconhecido como um problema ambiental, e que exija medidas e regulamentações, não basta a mobilização de grupos que tornem tal problema objeto de preocupação social. É preciso também que esse assunto seja visto, reconhecido e definido pelos meios de comunicação social. Portanto, a mídia se constitui como um espaço de publicização e um dos principais instrumentos utilizados por grupos sociais para realizar o trabalho de divulgação dos problemas sociais, uma vez que a cobertura dos meios de comunicação e a visibilidade midiática são cruciais para que os problemas entrem na arena do discurso público, tornando-se uma das preocupações sociais do momento (BLUMER, 1971, CHAMPAGNE, 1998a, 1998b, FUKS, 2001, HANNIGAN, 1995, LASCOUMES, 1994, LENOIR, 1998).

A cobertura dos fatos ambientais pelos meios de comunicação social foi fundamental não somente para a difusão da problemática ecológica, mas também para tornar a imprensa um dos novos atores que passaram a ter uma atuação destacada em torno destes problemas. A questão ambiental, como pauta de notícias para os veículos de comunicação, passou por várias transformações desde o surgimento das manifestações em defesa do meio ambiente e do movimento ecológico (ANDREOLI, 1992; HANNIGAN, 1995; LOUREIRO & PACHECO, 1995; RAMOS, 1995). Essas modificações alteraram a própria construção e definição do que seria considerada notícia ambiental no espaço jornalístico contribuindo, inclusive, para a emergência de um novo tipo de jornalismo denominado de “jornalismo ambiental” ou “eco-jornalismo”. Assim, para compreender estas mudanças, investigou-se, neste artigo, por um lado, um conjunto de determinantes e condições externas (LENOIR, 1998) que contribuíram para inserção da temática ambiental na imprensa. A investigação dos protestos e das campanhas ambientais, como determinantes externos, neste caso, tornou-se crucial para compreender as mudanças nas

concepções de notícia ambiental e seu processo de inserção na imprensa. Por outro lado, investigou-se a trajetória social e profissional dos jornalistas que se dedicaram ao chamado “jornalismo ambiental”, visto que podem ser tomadas como ponto de partida que possibilita examinar e decodificar as divisões e os recursos que caracterizam os investimentos neste setor em um determinado momento de sua história (BOURDIEU, 1996; DEZALAY, 2002). A configuração deste processo, as principais mudanças que decorreram na cobertura ambiental e a investigação das trajetórias dos jornalistas permitem compreender tanto o papel determinante da mídia no processo de construção dos problemas ambientais quanto o nascimento de um grupo de jornalistas interessados em dar um tratamento específico ao “meio ambiente”.

Os procedimentos metodológicos adotados concentraram-se, em um primeiro momento, na investigação de um conjunto de eventos que se tornaram marco para o surgimento da pauta ambiental na imprensa. Apesar de levar em consideração eventos internacionais e nacionais, a investigação concentrou-se nos eventos locais, ocorridos no Rio Grande do Sul, através dos quais foi possível verificar o posicionamento dos jornais e os fatos que chamaram a atenção dos jornalistas. Em um segundo momento, realizou-se entrevistas em profundidade com jornalistas que se dedicaram à cobertura ambiental em diferentes períodos, com destaque para aqueles que se dedicaram à constituição do “jornalismo ambiental” e a criação do Núcleo de Eco jornalistas do Rio Grande do Sul¹ (NEJ/RS). Considerou-se, ainda, os seguintes documentos: as atas de fundação e a lista eletrônica do Núcleo de Eco Jornalistas, as quais permitiram identificar como se caracterizava o grupo, quais eram as suas principais preocupações e intenções, com quem se confrontava e que atividades desenvolviam. Tais procedimentos de análise permitem mostrar o surgimento de um espaço específico de atuação jornalístico, cujo interesse central é promover e debater as questões ambientais. O desenvolvimento deste espaço de posições a serem ocupadas contribui para orientar as expectativas e projetos quanto ao exercício de sua profissão.

Desse modo, a análise do processo de inserção da questão ambiental na imprensa e o surgimento de um grupo de jornalistas interessados em dar um tratamento específico às “notícias ambientais”, demonstra a definição de um espaço de atuação jornalístico e a construção da temática ambiental enquanto uma problemática específica a esse universo profissional. Uma das características principais dos jornalistas inseridos no espaço do chamado “jornalismo ambiental” é a participação destacada em movimentos ambientais e grupos voltados à defesa do meio ambiente. Tais participações constituem um dos fatores determinantes na constituição desta categoria, uma vez que a formação de um espaço de atuação depende tanto dos determinantes históricos, quanto da história biográfica e profissional dos agentes inseridos em tais espaços.

A Inserção da Temática Ambiental na Imprensa

A dedicação inicial da imprensa às reportagens ambientais no Brasil está relacionada a um conjunto de acontecimentos e fatos internacionais e refletem uma forte importação de matérias jornalísticas sobre a temática ambiental no contexto dos anos de 1960. A seqüência de eventos

internacionais que marcou este período, como os eventos, as manifestações e as conferências, foi o principal foco das notícias sobre meio ambiente nos jornais brasileiros, os quais contavam com as agências de notícias internacionais como fontes fundamentais das matérias. No cenário internacional, a situação era de intenso debate sobre a problemática ambiental. Em 1968, ocorreu a Conferência da Biosfera, em Paris, e em 1971 foi construído o primeiro relatório do Clube de Roma, o qual chamava a atenção do planeta para os limites do crescimento. No ano seguinte, a Organização das Nações Unidas realizou, na Suécia, a primeira conferência internacional para debater sobre meio ambiente. Conhecida como Conferência de Estocolmo, ela contribuiu para expandir, de uma maneira geral na sociedade, o debate ambiental se constituindo, inclusive, como um marco importante para a emergência e inserção da temática ambiental no espaço jornalístico. (ANDREOLI, 1992; LOUREIRO & PACHECO, 1995; PÁDUA, 1992; RAMOS, 1995).

As manifestações, as reivindicações e os protestos feitos pelos grupos ecológicos voltavam-se, em termos mundiais, nesse período, para objetivos pontuais e específicos, o que exerceu um efeito importante na produção e na definição das notícias ambientais por parte da imprensa. Durante o final da década de 1960 e princípios da de 1970, as questões ambientais passaram a ser consideradas pelos jornalistas da Grã-Bretanha e da América do Norte como uma categoria principal de notícias e certas questões, como poluição, por exemplo, passaram a ser vistas como problema do “ambiente”. Antes desse período, sobretudo nos Estados Unidos, os jornalistas tinham dificuldade em reconhecer a temática ambiental como uma categoria especial de notícias separada da temática da conservação, a qual havia se tornado um tema destacado nos jornais com reconhecimento por parte dos jornalistas (HANNIGAN, 1995).

A cobertura internacional dos fatos ambientais, nesse momento, estava muito vinculada a acontecimentos extraordinários e fatos específicos que, aparentemente, não tinham nenhuma interligação. Contudo, depois de 1970 a cobertura ambiental feita pelos meios de comunicação passou a decair, recuperando essa queda durante a crise energética em 1973-74. Anterior a essa data, no final da década de 1970, em função de uma seqüência de eventos, a questão ambiental despontou como notícia e alguns jornais estabeleceram uma rotina para acompanhar os fatos ambientais, porém, pouco tempo depois, já em meados de 1970, a ecologia esmoreceu como notícia e os jornais abandonaram muitas destas rotinas. Mas foi novamente um tema espetacular, como o da crise energética, que contribuiu para restabelecer a publicização da questão ambiental na imprensa cotidiana internacional.

No Brasil, apesar da forte importação de matérias ambientais por meio das agências internacionais de notícia, que caracterizou a década de 1960 e 1970, alguns programas televisivos despontaram como o programa Amaral Neto, da Rede Globo, que se destacou por explorar nas reportagens as belezas e riquezas naturais do país. Abordada de forma sensacionalista, a natureza era apresentada mais como algo a ser explorado e desbravado do que como um objeto de políticas ou de proteção. Tal programa era organizado e editado por um deputado e respondeu

ao projeto político e econômico do governo militar de incentivo ao progresso da nação por meio dos meios de comunicação (ANDRADE, 2003). Entretanto, é somente no final da década de 1970 e início da de 1980, que os assuntos ambientais publicados na imprensa brasileira começavam a dar atenção aos problemas locais e nacionais. No Rio Grande do Sul, o destaque é dado para as reportagens sobre o pólo petroquímico que teve grande repercussão na imprensa e a mortandade de peixes no Balneário de Hermenegildo, em 1978. As fontes de informação das notícias, através das quais se baseavam os jornais, deslocaram-se das agências internacionais para grupos ambientalistas nacionais e locais.

Esta mudança está associada a uma maior atuação e organização do movimento ambientalista que se destacou, neste período, no estado pela realização de uma série de eventos impactantes. Além disso, a década de 1970 representa um marco importante na configuração do movimento ambientalista no Brasil, como um todo, pois é neste período que a questão ambiental passa a integrar a “agenda dos problemas nacionais” ocupando espaço não só na esfera política como nos meios de comunicação (LOUREIRO & PACHECO, 1992). Esse momento é marcado por diversas ações do movimento que incluía ações de denúncia, manifestações de rua e campanhas com o objetivo de mobilizar a opinião pública. Esta “nova era” do movimento ambientalista brasileiro se caracteriza por uma diferenciação do pensamento “conservacionista”, que marcou as décadas anteriores, e voltava-se para reivindicações de combate à poluição, aos agrotóxicos, pautado no ativismo militante e na mobilização coletiva (OLIVEIRA, 2005).

No Rio Grande do Sul, neste momento, o movimento ambientalista foi marcado pela grande atuação das lideranças e dirigentes em relação às associações e entidades. Baseadas em atuações personificadas, as intervenções ambientalistas traziam “na linha de frente” dirigentes com elevado capital social, econômico e político, capaz de garantir uma mobilização ampla da opinião pública, por meio das atuações e manifestações de rua, em um contexto de regime político fechado que caracterizou a década de 1970 no Brasil². Nesse contexto, algumas polêmicas se destacaram nos jornais da capital gaúcha. Uma delas foi o fechamento da fábrica de celulose Borregard (instalada na cidade de Porto Alegre, de dezembro de 1973 a março de 1974), devido à poluição gerada pela empresa, o que atraiu a atenção de muitos jornalistas, inclusive do exterior. Um dos fatores que contribuiu para o fechamento da Borregard foi a campanha antipoluição liderada por uma das maiores empresas de comunicação do estado no período: a Caldas Júnior, especialmente um dos seus maiores jornais, o Correio do Povo. A campanha iniciada pelo Correio do Povo atingiu proporções destacadas que contribuíram para pressionar o governo do estado. Devido ao mau cheiro provocado pela fábrica em dias de vento e por ter poluído parte do Rio Guaíba, o governo foi levado a tomar providências imediatas e caso a empresa não resolvesse o problema, teria de fechar. Nesse período, o proprietário do jornal possuía um haras que estava sendo diretamente afetado pela poluição gerada pela empresa. Além disso, o jornal já contava com um quadro de ambientalistas, pertencentes a entidades de forte mobilização no estado, que escreviam colunas semanais no jornal, o que contribuiu

fortemente para desencadear, sustentar e legitimar a campanha liderada por tal jornal. O caso da Borregard é um exemplo das mudanças que afetaram a produção de notícias sobre o meio ambiente na década de 1970 e da importância que assume o papel da mídia na definição dos problemas que requerem atenção das instâncias governamentais. Tal papel, contudo, foi desencadeado por fatores como: a forte atuação de líderes ecologistas no interior do jornal, interesses particulares, do proprietário, afetados pela poluição da empresa e a forte pressão exercida pelo veículo de comunicação no Estado.

Uma outra polêmica a ganhar destaque foi a manifestação do estudante universitário, chamado Carlos Dayrell, que permaneceu durante várias horas em cima de uma árvore na Avenida João Pessoa, em Porto Alegre, para evitar que ela e outras 24 árvores fossem cortadas pela Prefeitura Municipal para construção de um viaduto. O ano era 1975 e a manifestação foi reportada por diversos jornais da capital gaúcha e também por outros estados, devido ao grande impacto do evento. O estudante era membro de uma associação ambientalista, denominada Associação Gaúcha de Proteção Ambiental (AGAPAN), que realizava várias reuniões no momento para discutir ações em prol das árvores que seriam atingidas com a construção do viaduto. Como relembra um dos ecologistas:

O protesto do Dayrell foi um marco para nós. Naquele dia, toda a imprensa do Rio Grande do Sul e do Brasil nos conheceu, recorda o presidente da Pangea, Augusto Carneiro, fundador da Agapan, naquela época militando nesta entidade. Dias antes do protesto, Dayrell tinha viajado para Torres com um grupo de ambientalistas da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, criada em 1971. O corte das árvores no Parque da Redenção já era assunto dos ecologistas. Carneiro recorda que numa reunião José Lutzenberger chegou a sugerir que os jovens subissem nas árvores para impedir a derrubada. Dayrell estava presente, ouvindo com atenção (<http://www.agirazul.com.br/agirazul/aa13/daycida.htm>).

Assim, esse fato, além de conferir dramaticidade à questão ecológica, contribuiu para tornar a questão conhecida, visível e de ordem pública. O tratamento dado pelos jornais à temática ambiental, na década de 1970, na imprensa gaúcha, foi marcado por acontecimentos espetaculares locais realizados pelo movimento ecológico e por grandes tragédias ambientais, ao contrário do que aconteceu nas décadas anteriores. Nas décadas seguintes, a temática, no interior da imprensa, se expandiu e novamente apareceu associado a uma maior intervenção pública do movimento ambientalista que se diversificou com a redemocratização do país.

Alguns autores têm salientado que a maior difusão da temática ambiental, no Brasil, ocorreu nas décadas de 1980 e 1990 e está vinculada ao “agravamento das condições ambientais”, devido ao desenvolvimento econômico e aos processos de globalização econômica, tecnológica e cultural que trouxeram para o “cenário político novos atores sociais, novas formas de se fazer política e de se produzirem valores culturais” (VIOLA, 1992; WARREN, 1996; ARAÚJO, 1996). Esses fatos podem ser vistos como um conjunto de condições objetivas que constituem uma das etapas de construção dos problemas sociais. Nesse sentido, o “agravamento das condições ambientais” e os processos de globalização econômica, tecnológica e cultural, permitiram e foram, até mesmo, condições necessárias para que a temática ambiental se difundisse como uma questão que

poderia levar a uma crise do sistema social. Entretanto, o aparecimento dessas condições objetivas, somente, não foi suficiente para a expansão da temática ambiental como um problema social, pois foi preciso a ação de grupos sociais e organizações que vissem a situação ambiental como problemática e que se interessassem em inseri-la no “campo das preocupações sociais do momento”. Deste modo, a década de 1980, marcada, no Brasil, por uma transição democrática, contribuiu para expandir o debate ambiental que ganhou força devido ao retorno de alguns militantes de esquerda do exílio e que passaram a se dedicar a causa ambiental. Esta configuração política favoreceu o engajamento militante e as atividades dos movimentos sociais, em geral, como protestos e manifestações, os quais ganharam destaque. Nesse contexto, o momento ecológico se expande e passa a se inserir também nas lutas políticas e eleitorais apoiando candidatos que levantassem a “bandeira” ecológica. Em 1984 a campanha pelas “Diretas Já” contou com a grande parte dos ativistas ecológicos que participaram em favor das eleições diretas para presidente da república.

Além disso, esse período de euforia dos movimentos sociais e do movimento ecológico, em especial, também se refletiu na imprensa que passou a se mostrar mais receptiva e favorável à temática ambiental, divulgando com mais frequência tanto as “tragédias ambientais” como também os acontecimentos cotidianos. Esse é o período em que a temática ambiental passa a constar no cenário do debate público e a imprensa e os jornalistas se tornam alguns dos principais atores sociais envolvidos. A década de 1980 foi marcada pela diversificação da temática ambiental nos jornais ocupando as páginas de economia, política, educação e cidades. Um dos principais fatores que contribuiu para esta mudança foram as alterações no movimento ambientalista que, neste período, se caracteriza por uma diversificação não só nas formas de recrutamento das lideranças como num maior aumento de entidades e associações preocupadas em inserir a temática ambiental em diferentes setores, integrando-a aos debates sindicais, jurídico, as atuações político partidárias, a militância estudantil, aos interesses das associações profissionais. Um dos destaques, neste momento, foi o crescente número de empresas acionadas judicialmente por lesões ao meio ambiente e desrespeito à legislação ambiental. Esse fato passou a ocupar espaço nos jornais, principalmente nos assuntos dedicados à economia e à legislação. Devido a isso alguns jornais decidiram incorporar a questão ambiental na sua rotina de notícias. Um exemplo disso foi o jornal “Gazeta Mercantil”, um jornal voltado ao setor empresarial e econômico que dedicou, durante algum tempo, seção específica ao tema meio ambiente. Tal cobertura teve como um dos objetivos servir de alerta para o setor empresarial que, até então, se mostrava reticente com relação à temática ambiental (UNGARETTI, 1998).

Estas alterações resultaram em uma rotina diária de notícias ambientais, seguida pelos meios de comunicação, que atinge seu ápice no início da década de 1990. Um dos fatores que propiciou esse fato foi a “Conferência da Organização das Nações Unidas”, a “Eco 92”. A “Eco 92”, como ficou conhecida, teve grande repercussão e apontava para objetivos mais específicos do que a “Conferência de Estocolmo” ocorrida em 1972. Enquanto a “Conferência de Estocolmo” contava

com o cadastramento de mil jornalistas, a Eco 92 cadastrou sete mil jornalistas, representando diversas agências de notícias, redes de televisão, revistas, etc., contando assim com a grande participação dos meios de comunicação (RAMOS, 1995).

Entretanto, no final da década de 1990 e, principalmente, após o término da “Eco 92”, a questão ambiental, de uma maneira geral, começa a ter uma baixa circulação na imprensa, é o que alguns especialistas chamam de “esfriamento da ecologia” (LOUREIRO & PACHECO, 1995; RAMOS, 1995; UNGARETTI, 1998). Tal “esfriamento” está relacionado à própria dinâmica de funcionamento dos meios de comunicação social, pois a manutenção ou o aparecimento de um assunto na mídia não depende apenas das condições perigosas e prejudiciais que os problemas carregam, mas sim das condições da mídia em manter ou apresentar tais problemas. Essas condições estão relacionadas às capacidades que os meios de comunicação possuem e que são, ao mesmo tempo, os principais limitadores da ação da imprensa. Essas capacidades e limitações consistem na disputa entre os problemas sociais para atrair a atenção dos jornalistas, bem como as seções em que aparecem as matérias, o número de jornalistas para escrever sobre o assunto, o tempo e o espaço disponível pelo jornal para produzir histórias. Assim, há uma competição entre os problemas sociais para atrair a atenção pública, em especial, a atenção da “grande mídia” e isso faz com que alguns assuntos passem a ter mais visibilidade enquanto que outros se tornam menos atrativos para os jornalistas (BOSK & HILGARTNER, 1988; GAMSON & MODIGLIANI, 1989). Nesse sentido, o tema “meio ambiente” compete com outros assuntos, tais como economia, política, educação, polícia, esporte que devem entrar na pauta diária dos jornais. Essa competição é afetada por um conjunto de fatores externos, dentre os quais podem ser colocadas as medidas governamentais, a mobilização de grupos e suas atividades reivindicatórias, que contribuem para atrair a atenção dos jornalistas para alguns fatos, em detrimento de outros. Ao abordar certos temas o jornalista faz uma opção que permite a queda de certos assuntos e a valorização e a manutenção de outros.

Os problemas tendem a subir e a descer constantemente na imprensa conforme apareçam outros que despertem uma maior atenção dos jornalistas. Portanto, quando o tema “meio ambiente” está em alta nas discussões públicas, nos espaços administrativos e jurídicos, nos movimentos e mobilizações sociais, o seu aparecimento na mídia tende a ser alto, até aparecer outro problema que chame a atenção dos jornalistas. Além da concorrência entre os problemas sociais, o número de jornalistas disponível para cobrir certos temas também afeta a produção de notícias. Atualmente, certos jornais que têm circulação em todo o estado do Rio Grande do Sul, como Correio do Povo, Zero Hora e Jornal do Comércio, não contam com seção específica sobre meio ambiente, nem com jornalistas especializados para cobrir essa área. O tema meio ambiente é destinado, com frequência, à seção Geral, que é a responsável por esse tipo de matéria, ocupando, deste modo, um lugar de segundo plano no jornal. O aumento e a diminuição da divulgação da questão ambiental na imprensa e vários pontos de sua história nos meios de comunicação, demonstram que a cobertura ambiental e a construção de notícias ambientais tem

se caracterizado pelo fato de não se encaixar com facilidade na estrutura de produção de notícias dos jornais. Tais jornais obedecem a uma rotina fixa de notícias (política, economia, crime, esporte) que contribui para aumentar a dificuldade em encaixar os “fatos” ambientais (HANNIGAN, 1995).

O Surgimento do “Jornalismo Ambiental”

Entretanto, apesar da década de 1990 configurar uma diminuição nas rotinas dos jornais, ela representou, ao mesmo tempo, o momento de inserção da temática ambiental em diversos setores do jornalismo, com o surgimento de entidades, grupos e jornais voltados especificamente ao tema. Enquanto que na França a primeira entidade de jornalistas especializados em meio ambiente despontou em 1966, no caso brasileiro foi somente na década de 1990 que começaram a surgir os primeiros núcleos e entidades de jornalistas interessados em dar um tratamento específico a esse tema e que reclamavam um pertencimento a categoria “jornalismo ambiental” (BECKER, 1998). Alguns eventos marcaram o surgimento desta categoria, como o Seminário "A Imprensa e o Planeta", promovido pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e pela Associação Nacional de Jornais, em agosto de 1989. No mesmo ano a Federação Nacional dos Jornalistas realizou em Brasília, o "Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente". Tal evento contou com a participação de especialistas internacionais em planejamento ecológico e agricultura, jornalistas especializados em meio ambiente, agências de notícias sobre este setor e educadores, físicos, e agrônomos. Este evento discutiu a qualidade da cobertura ambiental e as possíveis formas de organização dos jornalistas ambientais e antecedeu as preparações para a Conferência das Nações Unidas, em 1992, a Eco 92. Em um documento oficial produzido durante o encontro, foi proposto a criação de uma entidade que agregasse os profissionais da área. Denominada “Clube de Ecologia”, essa entidade deveria funcionar junto à Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e, além de outras questões, deveria servir como espaço para promoção e debate das questões ambientais.

Ao longo da década de 1990, a idéia de fundar núcleos de jornalistas interessados no tema ganhou força em diversos estados, com especial destaque para o Rio Grande do Sul, Paraíba, Paraná e São Paulo. Com diferentes formas de organização, os núcleos conseguiram levar adiante algumas de suas iniciativas. No Rio Grande do Sul, surgiu, logo após o encontro da FENAJ, o Núcleo de Eco Jornalistas (NEJ/RS) que despontou com o apoio do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul e através da parceria com algumas entidades ambientalistas. Situando-se numa linha contrária à abordagem espetacular e sensacionalista das “notícias ambientais”, segundo a própria entidade, privilegiada pelos jornais de maior circulação, esse núcleo passou a realizar uma série de atividades voltadas para o trabalho jornalístico e para a produção de notícias. Um dos objetivos era o de apontar novas alternativas na construção de matérias ambientais, as quais incluíam o incentivo a conscientização ambiental por meio da

cobertura jornalística. Conforme se verifica nos relatos abaixo, o núcleo marca uma posição contrária às abordagens da imprensa comercial.

[...]Para termos de fato uma cobertura qualificada das questões ambientais no Brasil, é preciso que os editores entendam que o assunto merece o mesmo status da política e da economia, exigindo também matérias investigativas de fôlego. Não basta mostrar na televisão paraísos perdidos na Amazônia, no Pantanal, é preciso explicar as verdadeiras causas da crise ambiental que ameaça o país com a maior biodiversidade do mundo [...] (TOSI, J. & VILLAR, R, 2001).

A grande imprensa, no geral, não faz um trabalho de conscientização ambiental e isso é uma preocupação do núcleo. A imprensa se preocupa muito mais com questões extraordinárias e com acidentes ambientais, nos queremos também conscientizar as pessoas (coordenador do NEJ/RS).

A construção desta categoria e o trabalho desempenhado pelo núcleo envolveram uma definição de “notícia ambiental” que se confrontou com a forma como tais notícias eram produzidas pela “grande mídia”. A utilização do termo “eco jornalista”, ou “jornalista ambientalista”, representava uma importante estratégia para romper com os jornais comerciais e vincular o jornalismo a defesa do meio ambiente, tornando-o mais próximo dos interesses do movimento ecológico.

Desde o princípio da década de 1990, esse núcleo realiza atividades como cursos de extensão em ecologia para jornalistas, cursos sobre o papel da imprensa nos desastres ambientais, debates sobre jornalismo ambiental, dentre outras. Em 1994, publicou o “Manual de Emergência para Desastres Ambientais no Rio Grande do Sul”, que trazia informações sobre os principais desastres, com intuito de auxiliar na cobertura jornalística desses eventos. E em 2002 o Núcleo lançou o livro: “Dez Dicas Práticas Para Reportagens Sobre Meio Ambiente”. O livro é de autoria do jornalista e escritor norte-americano Peter Nelson e foi publicado no Brasil com o apoio da entidade ecológica WWF Brasil e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul. Dentre outras publicações do NEJ estão, ainda, o “Boletim Linha Verde” que se constituía em um folheto com textos escritos pelos jornalistas do Núcleo e o “Jornal Sobrevivência”, feito em parceria com a entidade ambientalista AGAPAN³. O Núcleo também publicou um encarte chamado “Versão Ecológica”, durante três edições do Jornal “Versão dos Jornalistas”, do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Rio Grande do Sul, com o “objetivo de oferecer espaço às informações que não são publicadas na grande imprensa, servindo, assim, de sugestão de pauta para os demais colegas”, conforme exposto no material histórico produzido pelo núcleo. Contemplado com alguns prêmios, o núcleo, em junho de 1994, recebeu da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a Medalha Conservacionista e, em dezembro, do mesmo ano, ganhou o primeiro lugar na categoria Contribuição Especial do Prêmio ARI de Jornalismo.

Durante a década de 1990, pode-se observar o surgimento de muitos jornais, revistas e programas de rádio que se propõem a dedicar atenção especial à ecologia. No caso do Rio Grande do Sul, em 1995 foi criado o programa “Gaúcha Ecologia”, da rádio Gaúcha, editado até 1999. Em 1992 surgiu o jornal impresso “Agir Azul”, mantido pela organização ambientalista

PANGEA e em 1995 passou a circular apenas na Internet como informativo eletrônico, com o nome: “Agir Azul na Rede”. Em 1998, surgiu no jornal de bairro “Já” o projeto “News Letter Ecológico”, transformando-se, mais tarde, em informativo eletrônico “Ambiente Já”. O período da década de 1990 foi o momento de “profissionalização” da temática ambiental e de uma maior difusão deste tema em universos profissionais específicos, dentre eles o jornalismo. Dotados de um conhecimento especializado, oriundo de suas atividades profissionais, e de um “capital militante” estes profissionais passaram a se inserir na burocracia pública, nas organizações ambientais, nos partidos políticos. Deste modo, o tema “meio ambiente” representou para muitos membros de profissões diversas uma maneira de ampliar seus espaços de atuação e intervenção profissional, constituindo-se como um trunfo nas disputas por postos profissionais.

No ano de 1999, o governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da secretaria executiva do Pró-Guaíba⁴, criou um setor de comunicação cujo objetivo era popularizar os conceitos do Pró-Guaíba através da organização de eventos. Cursos de jornalismo ambiental e a criação de programas de rádio sobre meio ambiente passaram a ser incentivadas por esse setor em emissoras de rádio localizadas nas cidades de Porto Alegre, Cachoeirinha, São Leopoldo, Caxias, Candelária e Passo Fundo. Tais programas foram criados e coordenados por profissionais ligados ao Núcleo de Eco jornalistas do Rio Grande do Sul – NEJ/RS. Além disso, os programas de Passo Fundo, Cachoeirinha e São Leopoldo tiveram o envolvimento de grupos ecológicos, tais como, Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas (GESP), Associação de Preservação da Natureza Vale do Gravataí (APN-VG), União Protetora do Ambiente Natural (UPAN) e Movimento Roessler. Contudo, uma maior difusão do jornalismo ambiental no espaço da burocracia, neste momento, está associada, por um lado, ao partido político que assumiu o governo do Estado neste período, o Partido dos Trabalhadores (PT), o qual é composto por um grande contingente de militantes ambientalistas e conta com um setor interno de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Por outro lado, aos jornalistas que passaram a ocupar estes espaços. Tais jornalistas, como se verá em seguida, apresentam uma forte militância política no PT e no movimento ambientalista, o que contribuiu para a ocupação de postos tanto na burocracia e pastas governamentais quanto nos movimentos sociais.

Nesse período o “jornalismo ambiental” se destacou tanto na política estatal, através de medidas governamentais de incentivo ao setor, como também nos setores organizados do jornalismo, como sindicato e grupos de discussão específicos. Destacaram-se também, nesse contexto, a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental e a expansão de redes de meio ambiente na Internet, como a EcoMídias - Associação Brasileira das Mídias Ambientais - que incluem jornais como o Jornal do Meio Ambiente (RJ), a Folha do Meio Ambiente (DF), Folha Verde (SP), entre outros, e a “Eco-Jor”, que se constitui como uma lista eletrônica local dos componentes do Núcleo de Eco Jornalismo do Rio Grande do Sul. A Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental foi criada pelo NEJ/RS e surgiu com o objetivo de se tornar um espaço de discussão sobre jornalismo ambiental que fizesse frente à forma com a imprensa tem tratado o tema. Tal lista se caracteriza por tratar

diversos assuntos relacionados à temática ambiental, não se detendo apenas ao jornalismo ambiental ou alguma temática específica, constituindo-se como um espaço de debate sobre o meio ambiente. Esta característica contribuiu para que, inicialmente, a constituição destas listas, sobretudo a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental e a “Eco-Jor”, contassem com jornalistas que atuam em diversos setores, incluindo assessorias governamentais, jornais especializados na temática ambiental, jornais comerciais, agências de notícias.

No entanto, uma maior propagação do chamado “jornalismo ambiental” ocorreu a partir dos anos 2000 com a realização de um conjunto de atividades promovidas, sobretudo pelo Núcleo de Eco Jornalistas, como a chamada “Terça Ecológica” que consistiu em palestras semanais realizadas em parceria com a Faculdade de Comunicação da UFRGS. Esta parceria resultou na criação, em 2004, de uma disciplina na Faculdade de Comunicação da referida universidade denominada “Jornalismo Ambiental”, bem como do Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental. A parceria com a universidade resultou também na realização do programa “Sintonia da Terra” na Rádio da Universidade UNISINOS. Além disso, ocorreu, neste mesmo período, a criação de uma agência de notícias ambientais, denominada Eco Agência, através da parceria do NEJ com Ongs ambientalistas, que surgiu com o objetivo de cobrir a temática ambiental durante o Fórum Social Mundial. Portanto, as relações estabelecidas entre o NEJ, os grupos ambientalistas, o sindicato dos jornalistas profissionais e os partidos políticos permitiu expandir a temática ambiental no jornalismo e configurar esta forma de atuação profissional que se apresenta enquanto uma categoria: “jornalistas ambientalistas”.

As Lógicas de Engajamento dos “Jornalistas Ambientalistas”

O exame da formação de um espaço de atuação dos jornalistas coloca em jogo um conjunto de questões: o que faz de alguém um “jornalista ambiental”? Qual é o perfil daqueles jornalistas que se dedicam a este setor? Quais são os recursos que caracterizam os investimentos neste tipo de atividade profissional? Quais são as condições que tornam possível este tipo de investimento? Este conjunto de questões será tratado aqui levando em consideração uma análise dos recursos sociais que contaram para o investimento no “jornalismo ambiental”. Isto implica em considerar o acúmulo de diferentes recursos e os espaços sociais nos quais eles são ativados pelos jornalistas. Dentro das limitações deste texto, será tratado apenas aqueles jornalistas que ocuparam espaços no chamado “jornalismo ambiental”, como Núcleo de Eco Jornalistas, coordenadoria de programas de rádio sobre meio ambiente, universidade, na qualidade de responsáveis por disciplinas de jornalismo ambiental, agências de notícias de meio ambiente, jornais específicos sobre a temática ambiental e assessorias de imprensa para ONGs e OGS ambientais⁵. A análise da entrada no “jornalismo ambiental” não pode ser tomada a partir de noções como “ideologia” ou “evolução técnica”, como propõe, muitas vezes, a sociologia dos grupos profissionais, nem tampouco somente por meio da investigação das particularidades das trajetórias dos jornalistas,

mas levando em consideração as lógicas práticas que permitem confrontar os recursos adquiridos no curso da trajetória com as situações nos quais eles são ativados.

Do conjunto dos jornalistas que ocupam posições de direção em grupos como Núcleo de Eco Jornalistas, bem como aqueles que coordenam programas de rádio sobre meio ambiente, ou que editam jornais ambientais, pode-se observar que, apesar das diferenças inerentes aos itinerários, a carreira profissional destes jornalistas aparece como uma sucessão de reconversões ideológicas e políticas em função dos espaços sociais nos quais investem e das oportunidades que aparecem durante o processo de acumulação de recursos profissionais, militantes e políticos.

Portanto, associada a uma análise dos recursos sociais que compõem as trajetórias destes jornalistas e que são mobilizados em diversas situações para os investimentos neste setor profissional, é necessário considerar como as experiências vividas no processo de acumulação de tais recursos contribuem para as lógicas de engajamento no jornalismo ambiental⁶. Essa questão é de importância fundamental, uma vez que a carreira se desenvolve através de um conjunto de relações pessoais e profissionais que possibilitam certas experiências que marcam um momento decisivo nas “concepções de mundo” (GOFFMAN, 1996). O engajamento dos jornalistas com a problemática ambiental e as relações estabelecidas com membros do movimento ambiental contribuem para certas modificações no “eu” do jornalista e em seu esquema de imagens para julgar a si e aos outros.

Uma das características principais destes jornalistas é o forte vínculo com o movimento ambiental, por meio da participação em entidades ecológicas e da realização de eventos conjuntos com membros do movimento, tais como realização de palestras, publicação de livros sobre história do movimento, como também com a esfera política através da inserção em partidos políticos. Um exemplo de como isso ocorre pode ser encontrado na trajetória de um dos fundadores do Núcleo de Eco Jornalistas. Sua relação com as notícias ambientais inicia na década de 1980, momento em que estabeleceu uma série de contatos com grupos ambientalistas, intensificando a relação através de contatos externos, como participação em cursos, palestras promovidas pelas entidades e, inclusive, se filiando a uma das entidades de proteção ao meio ambiente. Essas relações foram sendo construídas ao longo da atividade profissional e possibilitaram, posteriormente, uma participação em entidades ambientalistas e o acesso a alguns serviços como: ministrar palestras para o próprio movimento, para os jornalistas, para o público em geral, sobre a temática ambiental. Porém, sua relação com a temática ambiental não ocorreu apenas em função da produção de notícias ambientais, ela foi ainda reforçada pelas inserções no Partido dos Trabalhadores, do qual participam muitos líderes ambientalistas. Sua larga experiência como sindicalista e militante político o aproximavam de muitas fontes do movimento ecológico. Além disso, a sua experiência com a produção de notícias e reportagens ambientais lhe rendeu um livro, chamado “Santuários Ecológicos”, o qual lhe possibilitou também um reconhecimento interno

ao movimento ecológico e vários convites para palestrar sobre meio ambiente e participar de feiras de livro.

Outros casos, nesta mesma linha, podem ser citados, como o de um outro integrante do NEJ e um dos moderadores da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental. De maneira semelhante ao caso anterior, este jornalista iniciou sua experiência na área de meio ambiente, no começo da década de 1990, através de reportagens ambientais realizadas em uma das rádios da capital gaúcha. Esta experiência lhe rendeu o convite para cobrir a “Eco 92”, o que lhe possibilitou vários convites posteriores e inserções em diversos jornais e rádios para noticiar o meio ambiente. Durante o período de 1995 até 1999 dirigiu o programa “Gaúcha Ecologia” da Rádio Gaúcha, o qual deixou para se dedicar à assessoria de imprensa do Programa Pró-Guaíba do governo do Estado, cargo conquistado através das múltiplas relações com membros do movimento ambientalista e do Partido dos Trabalhadores. Aos poucos sua relação com a temática ambiental se traduziu na filiação ao movimento ambientalista e na militância ecologista. Essas relações foram sendo construídas ao longo da atividade profissional e possibilitaram, posteriormente, uma participação em entidades ambientalistas, grupos de discussão e reflexão como o Núcleo de Eco Jornalistas, a organização e criação da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental e o acesso a alguns serviços como ministrar palestras para o próprio movimento e prestar assessoria de imprensa a eles. É esse conjunto de recursos acumulados que vai desde o exercício da profissão, o reconhecimento interno no universo do jornalismo, a “competência” para escrever matérias ambientais, como também o reconhecimento “externo” dentro do universo ambiental, que possibilitaram uma retribuição ou, mais precisamente, sair desse tipo de jornalismo mais comercial e cotidiano e para dedicar-se a um trabalho voltado exclusivamente à produção de notícias ambientais, na maioria dos casos em assessorias de imprensa de entidades governamentais ambientalistas. Além disso, sua intensa relação com o movimento ambientalista foi reforçada pela militância política no Partido dos Trabalhadores, exercida desde os tempos de militância estudantil no diretório acadêmico do curso de jornalismo, no final da década de 1980. Inclusive, um dos convites de emprego que recebeu foi de uma fonte ambientalista que era também seu conhecido de militância política. Tratava-se do convite para atuar no governo do Estado na qualidade de jornalista assessor de comunicação do Programa Pró-Guaíba. Sobre este convite, ele descreve como aconteceu:

[...] Eu fui convidado pelo Renato que eu já conheci como fonte desde muito tempo. Eu conheci ele através do PT e da AGAPAN. Conhecia mais como do PT. E ele tinha uma relação de confiança comigo, já conhecia o meu trabalho [...].O Renato era minha fonte, a gente se dava, a gente não tinha uma relação pessoal de amizade como eu tenho hoje, mas ele era o meu conhecido, a gente tinha uma proximidade filosófica, a gente lutava pelas mesmas causas.

A possibilidade de sair de um veículo de grande imprensa, no qual trabalhava no momento, para atuar em outra instância como assessor de imprensa, o fez repensar seus investimentos profissionais que, conforme ele relata abaixo, recebeu um novo direcionamento.

[...]Eu saí porque ia ser um desafio, uma coisa nova e eu sou movido por desafios como todo mundo, como todo o ser humano. E o trabalho na Gaúcha sempre foi muito conflituoso e eu me

sentia um contrabandista de notícias ambientais. A concorrência nesses veículos é muito grande, tu não tens amigos, mas concorrentes. E eu era visto como o Eco chato. Eu já estava virando até um alcoólatra por causa disso, então eu tinha que fazer alguma coisa, tinha que sair dali para algum lugar. E como surgiu o convite eu aceitei, achei que seria uma boa oportunidade [...].

Assim, a forma como o contato foi estabelecido, a imbricação em diferentes esferas, como na política e no movimento ecológico, bem como o reconhecimento e a confiança adquirida remete à formação de uma rede de relações estabelecidas pelo jornalista e que pode possibilitar várias retribuições, pois através da mobilização desses vínculos o jornalista pode ter acesso a determinados bens, serviços, informações, que circulam nessas redes. Além disso, tal rede de relações permite também dar um sentido específico para sua atuação profissional e redirecionar seus investimentos. Dentre as atividades profissionais que desempenha está a de instrutor de comunicação para a ONG WWF, cursos para gestores de ONGs, os quais incluem ensinar aos ecologistas a como dar uma boa entrevista, como fazer um movimento para atrair a atenção dos jornalistas. Segundo ele mesmo ao falar sobre suas atividades:

[...] Na verdade não existe jornalismo ambiental neutro, pois todo jornalismo ambiental é engajado com a causa ambiental, tem um interesse nessa questão. É como eu te disse, isso é apenas uma estratégia dos jornalistas. O nosso interesse é colocar a questão ambiental no debate público e isso já é um engajamento com essa questão. Eu dou cursos para gestores de ONGs e OGS ambientais, eu ensino as fontes ambientais como inserir a questão ambiental na agenda de debates públicos. Isso porque interessa, justamente, colocar a questão ambiental na agenda das questões públicas. Agora mesmo eu fui para Brasília e Rio de Janeiro dar esses cursos para o pessoal que está envolvido com a mata atlântica e com o Pantanal [...] eu sempre fui alinhado com os movimentos [...] Para escrever uma notícia ambiental o jornalista tem que estar bem preparado, tem que conseguir relacionar várias coisas e mostrar para o leitor a importância daquele fato. E para fazer isso ele tem que ter conhecimento na área ambiental [...].

Esse vínculo com o movimento além de possibilitar a esses jornalistas certo julgamento do que seja o seu trabalho e do que seja o trabalho exercido por outros jornalistas e por outros meios de comunicação na construção de notícias ambientais, contribui para que os usos da militância possam ter efeitos no sentido de aumentar as possibilidades de acesso e também de sucesso na carreira de jornalista ambiental. Isso quer dizer, por um lado, que o engajamento em entidades ambientalistas e em grupos de reflexão como o Núcleo de Eco Jornalistas do Rio Grande do Sul, deve ser considerado como uma forma de inserção e interação que também provoca modificações nas maneiras de conceber o universo em que se está inserido. Por outro lado, a militância e o engajamento possibilitam o acesso a um conjunto de recursos sociais que permitem a construção de uma carreira no jornalismo ambiental.

Uma outra variação desta modalidade de ingresso no “jornalismo ambiental” é representativa daqueles cujo engajamento associativo no movimento ambiental antecede a própria inserção na produção de notícias ambientais. É o caso de jornalistas que começaram seus contatos com notícias ambientais dentro do movimento ecológico e que viram já na participação no movimento, na militância, uma possibilidade de ganhos profissionais, de desenvolver uma carreira profissional. Esses jornalistas, antes mesmo de exercerem o jornalismo como profissão e de ingressarem em

cursos de graduação em jornalismo, já exerciam uma atividade militante, participando e atuando junto ao movimento ambiental. Nas citações abaixo, pode-se perceber como esse processo de inserção foi acontecendo.

[...] Quando eu iniciei a militar em grupos ecologistas eu não havia ainda me formado no jornalismo, mas já estava cursando a faculdade e quando acabei o curso já era militante da AGAPAN na época. Então houve uma simbiose de complementações, não era uma atividade profissional como jornalista profissional no caso, mas havia uma atuação direta com os meios de comunicações através da divulgação das posições da entidade que participava e a tentativa na época sempre bem recebida de divulgar a produção da entidade diante de situações de fato, né, projetos, acidentes, etc., etc., etc, então houve um convívio, houve um início de jornalismo, uma prática de jornalismo com base nessa participação, na direção de entidades ecologistas, primeiro a AGAPAN, depois a Coolméia, sempre trabalhando essa questão da comunicação e depois a PANGEA. Bom, então na década de 80 a minha participação foi com base na relação com os veículos de comunicação pra divulgar e fortalecer a atuação dessas entidades. (jornalista vinculado ao NEJ e editor do informativo Agir Azul na Rede).

Na citação acima se pode perceber que a militância aconteceu antes do envolvimento com a profissão. Num outro exemplo, a mesma situação pode ser percebida.

[...] Antes de me direcionar para o Jornalismo Ambiental, eu já auxiliava uma ONG ambientalista em São Leopoldo, que é a UPAN, União Protetora do Ambiente Natural que é a segunda ONG mais velha do país, eu já ajudava eles nas questões mais ecológicas, vamos dizer assim, depois que eu entrei no Jornalismo eu acabei unindo as duas coisas, comecei a fazer um jornal pra essa entidade e estudar mais profundamente as questões ecológicas e como usar o jornalismo nesse meio. (membro do NEJ e editor do programa de rádio: "Sinais da Terra").

Assim, a participação e a militância no movimento ecológico são anteriores ao desenvolvimento de uma carreira profissional. É inclusive essa inserção em grupos ambientalistas que possibilita o ingresso num jornalismo que se pretende ambiental. Como se pode ver abaixo:

[...] Eu vi no jornalismo uma ferramenta para seguir essa militância, só que o jornalismo tem suas regras específicas, mesmo que eu me chame um militante eu não posso desrespeitar as regras do jornalismo de imparcialidade, veracidade, coerência, objetividade, para levantar bandeiras, o que eu posso fazer como jornalista ambiental, e isso tem várias pessoas do núcleo que podem reforçar essa idéia, é me aprofundar, ou seja, ter mais conhecimento na área ambiental para poder questionar as minhas fontes com maior profundidade. Esse sim é o papel do jornalista. Lá no programa Sinais da Terra da radio Unisinos, o Vale dos Sinos ele é assim o nascedouro do movimento ambientalista no RS, foi lá que viveu Henrique Luís Roessler e uma série de ONGS antiqüíssimas, então foi uma espécie de recompensa que a gente viu, o Vale dos Sinos merece um programa que dê mais voz e vez ao primeiro movimento ambientalista do Estado e do país. Então eles participam bastante do programa (membro do NEJ e editor do programa da radio UNISINOS chamado: "Sinais da Terra").

Portanto, a escolha da profissão está relacionada a uma militância anterior que contribui para formar uma visão própria da profissão que pretende dar conta, ao mesmo tempo, das regras próprias do jornalismo, tais como a "objetividade, a veracidade e a coerência" e possibilitar um maior acesso dos movimentos sociais em jornais e programas.

Mas, ao mesmo tempo, esses engajamentos também funcionam como "argumentos de autoridade"⁷, pois o contato, principalmente com as organizações ambientalistas, possibilita uma aproximação ao discurso ecológico que, muitas vezes, é utilizado pelos jornalistas como argumentos chaves para construir uma posição dentro do jornalismo. Nesse sentido, é comum entre este grupo de jornalistas o uso da experiência militante como um diferencial na construção

de matérias ambientais. Isto é constantemente usado para demarcar uma diferença entre aqueles jornalistas que não possuem tal experiência e contato com a temática ambiental e que, portanto, possuem mais dificuldades em construir matérias que possuam uma força de conscientização para o meio ambiente. Além disso, a defesa do meio ambiente não é somente uma atividade militante para estes jornalistas, ela é também um “estilo de vida”.

[...] Acho que tanto a questão do jornalista quanto a questão ambiental ela transcende qualquer tipo de fronteira e a questão ambiental ela é justamente a questão essencial pra vida,... tu tem que fazer da questão ambiental a tua vida, essa consciência é necessária para o jornalista ambiental [...] (membro do NEJ e assessora da Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul).

A apropriação do discurso ambiental, por parte dos jornalistas, pode funcionar como argumentos que lhes possibilitam falar sobre a realidade ambiental e em nome dela. Contudo, a apropriação deste discurso não está dissociada da configuração das carreiras: participação em ONGS, contato diferenciado com os grupos ambientalistas, trabalhos de assessorias para ONGS ambientalistas, realização de cursos, palestras para o movimento ambientalista, atividades em parceria com o movimento, etc. A forma como a carreira e a trajetória dos jornalistas se configuraram permite a apropriação e utilização de um certo discurso.

O processo de engajamento dos jornalistas com a “problemática ambiental” e com o “universo ecológico”, torna-se fundamental, pois o fato dos jornalistas ambientalistas partilharem os mesmos lugares de encontro ou de estarem expostos às mesmas mensagens, acontecimentos, é um elemento importante para determinar uma problemática em comum com o “universo ecológico”, um estilo de vida e até mesmo um discurso comum, no caso a apropriação do discurso ambiental, peculiar ao “universo ecológico”, pelos jornalistas que se dedicam ao “jornalismo ambiental”. Desse modo, estar engajado na “causa ambiental”, participar de grupos ambientalistas, realizar atividades com esses grupos e para esses grupos, pode constituir-se como uma articulação estratégica que permite dar legitimidade a esses jornalistas para impor um discurso. Portanto, os “jornalistas ambientalistas” constituem uma modalidade específica de profissionais, cuja ascensão no espaço jornalístico ocorreu por meio da combinação da “expertise” jornalística com as relações estabelecidas pelo militância ecologista. Além disso, é por meio do “jornalismo ambiental” que é possível reativar disposições políticas, adquiridas pela participação no movimento estudantil e partidário, e articular os projetos militantes com competência especializada.

Em consonância com isso, os jornalistas que procuraram fazer da questão ambiental uma atividade profissional, como no caso dos chamados “eco jornalistas”, buscam construir uma posição na fronteira entre o jornalismo, seguindo as regras da profissão, e a questão ambiental, construindo uma relação de “confiança” com o movimento ambiental. Esses jornalistas constroem uma posição de “mediadores”, de “especialistas” que conhecem os mecanismos de funcionamento da imprensa e fazem a ponte entre movimento ambiental e a imprensa cotidiana, jornalistas que, ao mesmo tempo, conhecem os problemas do movimento ambiental e por isso podem falar sobre o meio ambiente com mais propriedade que os demais jornalistas.

Conclusão

Este artigo procurou mostrar que o processo de formação da categoria “jornalismo ambiental” é resultado de um trabalho social de definição e delimitação realizado por grupos e instituições que impõem as formas de realização deste exercício profissional e quem está apto a fazê-lo. Uma das maneiras de compreender este processo é levando em consideração a forma como ocorreu a inserção da temática ambiental na imprensa e o contexto de surgimento de jornalistas que se dedicaram a matérias ambientais. A Conferência da Organização das Nações Unidas (Eco 92), realizada em 1992, constituiu um momento importante para que o tema “ecologia” conquistasse mais espaço nos meios de comunicação, contribuindo para o surgimento dos primeiros núcleos e entidades de jornalistas interessados em dar um tratamento específico ao tema (BECKER, 1998). Tais grupos se organizaram para atender as necessidades da conferência que, se comparadas a outras ocorridas em períodos anteriores, representou um evento de proporções destacadas para os jornalistas, contando com muitos profissionais cadastrados do país e também de outras localidades. Contudo, uma análise apenas destas questões seria ainda insuficiente, posto que é ainda preciso considerar o trabalho social realizado por estes grupos na construção desta categoria. Desse modo, o exame do Núcleo de Eco Jornalistas demonstra que a definição da temática ambiental enquanto uma problemática específica a esse universo profissional está relacionada a um conjunto de mecanismos que reagrupam os jornalistas e que permitem a identificação com determinadas causas comuns. Dentre estes mecanismos está a intensa parceria do núcleo com organizações ambientalistas, com o sindicato profissional dos jornalistas e com partidos políticos de esquerda.

Além disso, as considerações sobre as modalidades de inserção dos jornalistas nas notícias ambientais e as lógicas de engajamento com esta temática permitiram mostrar que o “jornalismo ambiental” se caracteriza como uma forma de exercício profissional que se constitui na fronteira entre o “universo jornalístico” e o “movimento ecológico”. Os processos de interação e engajamento dos jornalistas com outros universos, em especial com o universo ecológico, contribuem para modificar uma maneira de conceber o “mundo jornalístico” e funcionam enquanto recursos, propiciando, inclusive, a formação de redes sociais estabelecidas direta, ou indiretamente, entre o jornalista e grupos ambientalistas e partidos políticos. Assim, o fato dos “jornalistas ambientalistas” se colocarem entre dois universos distintos, como o universo jornalístico e o universo ambiental, explica-se pelas múltiplas ligações concretas que os unem a agentes de setores diversos, tais como o movimento ambiental, a política. A conjunção entre o exercício do jornalismo e os engajamentos militantes indica o processo prático que favorece, sobretudo a partir da Conferência das Nações Unidas em 1992, o investimento no “jornalismo ambiental” de indivíduos dotados de recursos políticos e militantes. Além disso, as possibilidades de reconversão de recursos militantes em formas de atuação profissional são, ainda, garantidas pela forma de organização e pelos padrões estruturais do jornalismo, que permitem, por meio da

relação com as fontes de informação, que os jornalistas circulem entre várias esferas concomitantemente.

Com base nisso, pode-se dizer, que os jornalistas denominados jornalistas ambientalistas constituem uma forma de fazer jornalismo que se define, principalmente, pela inserção em entidades e grupos ambientalistas. Portanto, o acesso a esse tipo de jornalismo resulta dos recursos acumulados durante as trajetórias profissionais e políticas, os quais contribuem para estruturar progressivamente os investimentos profissionais destes jornalistas e o conjunto dos seus investimentos políticos, e de suas sociabilidades e militância. As condições de exercício desse tipo de jornalismo ainda são amplas e abertas, pois o jornalista pode tanto exercê-las dentro do jornalismo comercial, principalmente nos casos de jornais que contam seções específicas sobre a temática ambiental, quanto dentro de entidades ambientalistas prestando serviço de assessoria de imprensa e em jornais que tratam especificamente da questão ambiental⁸. Deste modo, a formação de um espaço específico de atuação jornalístico depende tanto dos determinantes históricos e das configurações políticas, quanto da história biográfica e profissional daqueles jornalistas inseridos em tais espaços⁹.

Referências Bibliográficas

- AGRIKOLIANSKY, E. *Carrières Militantes et Vocation à la Morale: les Militantes de la LDH dans les Années 1980*. **Revue Francaise de Science Politique**, Vol 51, nº 1-2, p. 27-46, 2001.
- ANDRADE, T. de. **Ecológicas Manhãs de Sábado**. O espetáculo da Natureza na Televisão Brasileira. São Paulo, Annablume, 2003.
- ANDREOLI, C. V. Principais Resultados da Política Ambiental Brasileira: o setor público. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, nº 26 (4), p. 10-31, 1992.
- ARAÚJO, C. E. P. Meio Ambiente e Novos Atores Sociais: limites e interação entre Estado e ONGs. **Revista Estado e Sociedade**, vol XI, nº 1, p. 149-157, jan/jun, 1996.
- BECKER, A. N. **O Potencial Educativo do Programa Gaúcha Ecologia**. Monografia de conclusão de curso. Famecos PUC/RS, 1998.
- BLUMER, H. Social Problems as Colletive Behavior. **Social Problems**, XVIII, n 3, 1971.
- BOLTANSKI, L. **Les Cadres**. Paris, Les Éditions de Minuit, 1982.
- BOSK, C. & HILGARTNER, S. The Rise and Fall of Social Problems: A Public Arenas Model. **AJS**, vol 94, n. 1, p. 53-78, july, 1988.
- BOURDIEU, P. **As Regras da Arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHAMPAGNE, P. A Ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas. CHAMPAGNE, P. et all. In: **Iniciação a Prática Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998a, p. 171-227
- _____ **Formar a Opinião**. Petrópolis: Vozes, 1998b.
- DEZALAY, I & GARTH, B. **La Mondialisation des Guerres de Palais**. Éditions du Seuil, 2002
- FILLIEULE, O. Propositions Pour Une Analyse Processuelle de L'engagement Individuel. **Revue Francaise de Science Politique**, Vol 51, nº 1-2, p. 199-215, février-avril, 2001.
- FUKS, M. **Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro**. Ação e debate nas arenas publicas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- GAMSON, W. & MODIGLIANI, A. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach. **AJS**, Vol 95, n. 1, p. 1-37, July 1989.

- GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental**. A Formação de uma Perspectiva Social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- JUHEM, P. Luttres partisans et fluctuations des cadres cognitifs des journalistes. **Communication pour au congrès de L'Afsp de Rennes**, Tables ronde: "Lês effets d'information (mobilizations préférences agendas)", dirigée par Jacques Gerstlé, septembre 1999. Disponível no site: www.perso.club-internet.fr/juhem/
- LASCOUMES, P. **L'éco-pouvoir. Environnements et politiques**. Paris: Éditions La Découverte, 1994.
- LENOIR, R. Objeto Sociológico e Problema Social. CHAMPAGNE, P. et all. In: **Iniciação a Prática Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 59-106.
- LOUREIRO, M. R & PACHECO, R. S. Formação e Consolidação do Campo Ambiental no Brasil: consensos e disputas (1972-92). **Revista de Administração Pública**, 29 (4), Rio de Janeiro, p. 137-153, out-dez, 1995.
- NEIBURG, F. Argumentos de Autoridade. In: **Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997, p.43-84.
- OLIVEIRA, W. J. F. O. "**Paixão pela Natureza**", **Atuação Profissional e Participação na Defesa de Causas Ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e Início dos Anos 2000**. Porto Alegre, UFRGS, Tese de Doutorado em Antropologia Social, 2005.
- PÁDUA, J. A. O Nascimento da Política Verde no Brasil: Fatores exógenos e endógenos. **Ciências Sociais Hoje**. Rio Fundo/Anpocs, p. 190-216, 1992.
- PETRARCA, F. Jornalismo e Meio Ambiente no RS: trajetórias profissionais e lógicas de engajamento na produção de notícias ambientais. **Revista Teoria e Pesquisa**. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. UFSCar. Dossiê Profissões, n. 40 e 41, p. 107-136, 2002.
- RAMOS, L. F. **Meio Ambiente e Meios de Comunicação**. São Paulo: Annablume, 1995.
- SAINTENY, G. Logiques D'engagement et Logiques de Rétribution au sein de L'écologisme Français. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, vol. CVI, p.175-200, 1999.
- TOSI, J. & VILLAR, R. Jornalismo Ambiental: onde estão as Faculdades de comunicação?. **Ecos-Revista de Saneamento Ambiental**. Porto Alegre, n. 19, 37-38, ano 8, janeiro 2001.
- UNGARETTI, W. N. Empresariado e Meio Ambiente: uma análise de conteúdo da Gazeta Mercantil. São Paulo: Annablume, 1998.
- VIOLA, E. J. A Expansão do Ambientalismo Multissetorial e a Globalização da Ordem Mundial, 1985-1992. **XVI Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu: Minas Gerais, outubro de 1992.
- WARREN, I. S. Novos Atores e Práticas Políticas Ambientalistas na Era da Globalização. **Revista Estado e Sociedade**, vol XI, nº 1, p. 139-148, jan/jun, 1996.

¹Ao total somaram 15 entrevistas. Desses 15, 8 representam os jornalistas que escrevem matérias ambientais nos jornais comerciais e sete aqueles que estão, atualmente, vinculados ao Núcleo de Eco Jornalistas do Rio Grande do Sul e que se identificam com a categoria "jornalismo ambiental".

²Uma análise mais detalhada sobre as bases sociais do recrutamento do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul, pode ser encontrada em Oliveira (2005).

³Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural.

⁴Programa para o Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável e Socialmente Justo da Região Hidrográfica do Guaíba, que conta em parte com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo do Estado do Rio Grande do Sul.

⁵ Uma análise mais detalhada do conjunto dos jornalistas que se dedicaram à temática ambiental pode ser encontrado em Petrarca (2002).

⁶Sobre lógicas de engajamento ver, Agricolianski, 2001, Fillieule, 2001, Sainteny, 2000.

⁷A expressão "argumentos de autoridade" foi usada tal como foi sugere Neiburg (1997) em uma de suas obras para indicar como certos políticos se reportavam a sua experiência de vida humilde, origem social baixa e pobreza como argumentos que lhes davam autoridade para falar do conhecimento que tinham dessa realidade, bem como para falar em nome das classes mais baixas. Nesse sentido, a construção da própria biografia se torna um argumento de autoridade.

⁸Sobre a relação entre produção de notícias ambientais e trajetórias dos jornalistas no Rio Grande do Sul, ver: PETRARCA, 2002.

⁹ Sobre a relação entre espaço de atuação jornalística e histórica biográfica e profissional ver Juhem, 1999.